

Panorama - 3º Trimestre / 2015

O terceiro trimestre de 2015 foi marcado por uma agenda recheada de eventos negativos que fez preço sobre os ativos negociados no mercado financeiro, trazendo um sentimento de aversão ao risco que se propagou por todo o mercado, e teve como pontos centrais a piora dos cenários político e econômico do país, expectativas de alta dos juros nos Estados Unidos e apreensão com o desaquecimento da economia da China.

No campo político, tivemos a notícia de que o ex-presidente Luiz Inácio da Silva passou a ser alvo de investigações por parte da Procuradoria da República do Distrito Federal. A investigação, por suposto tráfico de influência internacional e no Brasil, decorre da suspeição de que Lula usou sua influência para facilitar negócios da empreiteira Odebrecht com governos estrangeiros onde faz obras financiadas pelo BNDES, principalmente em países da África e da América Latina.

Ainda na esfera política, o mercado foi surpreendido pela notícia de que o Deputado Federal e presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) rompeu relações com o governo. Alegando ser alvo de perseguição, Cunha vem sendo alvo de ação persecutória pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O procurador busca obter elementos que permitam sua denúncia no processo da operação Lava-Jato. Nem bem oficializou o rompimento, Cunha iniciou o processo de retaliação: anunciou a criação de duas CPI's, do BNDES e dos fundos de Pensão, que estavam engavetadas, além de sinalizar que está aberto a avaliar os pedidos de impeachment protocolados na Câmara.

Com relativa surpresa, veio o anúncio pela da agencia classificadora de riscos Moody's, em rebaixar o rating soberano do Brasil para "Baa3", última nota dentro da faixa considerada como grau de investimento. Entretanto, alterou a perspectiva da nota para "estável" ante "negativa", sinalizando que o selo de bom pagador do país deve ser mantido no curto prazo. Apesar de negativa em primeira análise, a notícia representou um golpe mais brando do que o mercado esperava, uma vez que os investidores estavam começando a acreditar que a Moody's alcançaria a Standard & Poor's e deixaria o Brasil mais perto de perder o grau de investimento. A Moody's citou, entre os motivos para o rebaixamento, a fraqueza da economia, a tendência de aumento de gastos públicos e os reflexos da operação Lava Jato na confiança de investidores no Brasil.

Depois de manobrar nos bastidores pela volta da CPMF, sem sucesso diante da resistência das principais lideranças políticas no Congresso, inclusive na base aliada, o Planalto recuou da intenção e num gesto típico de quem "jogou a toalha", encaminhou ao Senado a proposta do Orçamento da União para 2016 com previsão de déficit primário. O documento foi entregue pelo ministro do Planejamento, Nelson Barbosa ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), no último dia do prazo que o governo tem para entregar ao Legislativo suas expectativas e projeções para a economia no ano seguinte, ou seja, 31 de agosto. A proposta prevê que as contas do governo fiquem negativas em R\$ 30,5 bilhões em 2016, cerca de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado. Sem os recursos da nova CPMF (que geraria um aumento da arrecadação na casa de R\$ 40 bilhões por ano) o governo decidiu enviar um "orçamento realista e transparente", esperando que o Congresso aprove o documento.

Na esteira da dificuldade do governo em implementar o necessário ajuste das contas públicas, veio a indesejada, mas esperada notícia de que agência classificadora de riscos Standard & Poor's reduziu a nota do país em dois níveis, levando o Brasil a perder o selo de bom pagador. A agência cortou o rating para "BB+" ante "BBB-" e sinalizou que pode colocar o país ainda mais para dentro do território especulativo.

A reação dos mercados se mostrou mais leve do que muitos agentes financeiros previam. O rebaixamento em si já era esperado, particularmente após a proposta orçamentária da União para 2016 prever um rombo inédito. A surpresa foi o momento da decisão e a manutenção da perspectiva negativa.

O Planalto agiu imediatamente e enviou ao Congresso um conjunto de medidas para garantir o superávit primário da ordem de 0,7% do PIB em 2016. A meta é um ajuste orçamentário de cerca de R\$ 64,9 bilhões, sendo R\$ 26 bilhões em cortes e R\$ 28,4 bilhões em novas receitas, como elevação do Imposto de Renda sobre o ganho de capital das pessoas físicas e a recriação da CPMF no valor de 0,2% para cada movimentação financeira, para um período de quatro anos. Áreas como a saúde, além de bandeiras importantes do governo, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida, serão afetadas.

Do conjunto de medidas, a única com potencial de fazer diferença é a volta da CPMF, pois mais uma vez faltou um sinal forte do lado do corte de gastos.

No campo da economia, as notícias ruins se acumularam.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgou que a taxa de desemprego subiu no segundo trimestre e atingiu 8,3%, tornando-se a maior taxa da série histórica, iniciada em 2012. De acordo com o IBGE, a população desocupada, de 8,4 milhões de pessoas, subiu 5,3% frente ao primeiro trimestre e, ante o 2º trimestre de 2014, o avanço foi de 23,5%.

Também foram divulgados dados da economia doméstica, que confirmam o quadro ruim. De acordo com o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) recuou 1,9% no segundo trimestre de 2015, em relação aos três meses anteriores, e o país entrou na chamada "recessão técnica", que ocorre quando a economia registra dois trimestres seguidos de queda. De janeiro a março deste ano, o PIB teve baixa de 0,7%. Contribuíram para o desempenho negativo da economia a queda dos investimentos (-8,1%) e do consumo das famílias (-2,1%). Em contrapartida, o consumo do governo registrou alta de 0,7%. O resultado foi pior que o esperado pelo mercado, indicando que a retração da economia em 2015 poderá ser maior do que a queda de 2,06% projetada pelos economistas e analistas, segundo a última pesquisa Focus do Banco Central.

Ocorreram no período duas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). A primeira, em julho, alterou a taxa de juro da economia para 14,25% ao ano, uma alta de 50 pontos bases. A segunda, em setembro, manteve a taxa de juros inalterada, em 14,25% ao ano, sem viés. A decisão foi unânime e dentro das expectativas dos analistas, que já antecipavam em suas previsões o fim do ciclo de alta do juro. Na ata da reunião, o colegiado sugeriu que a manutenção deste patamar de juro por um período suficientemente prolongado deve ser capaz de surtir os efeitos desejados para a convergência da inflação para a meta ao final de 2016.

O Relatório Trimestral de Inflação (RTI) divulgado pelo Bacen em setembro, revelou que as estimativas para 2015 pioraram em comparação ao relatório divulgado em junho, quando o prognóstico era que o IPCA fechasse o ano em 9,0%. Agora, a autoridade monetária avalia que a inflação deve fechar 2015 em 9,5%, desacelerar para 5,3% em 2016 e chegar a 4% ao fim do terceiro trimestre de 2017. Essa é a trajetória da inflação no cenário de referência do Bacen, que considera a taxa básica de juros em 14,25% ao ano e câmbio de R\$ 3,90 ao longo do período analisado.

No cenário externo, a recuperação da economia americana, ainda que moderada, coloca um ingrediente importante na decisão da autoridade monetária sobre em que momento o ajuste na taxa de juro local ocorrerá. O número de empregos disponíveis subiu expressivamente em julho e alcançou o maior nível em 15 anos. O

Relatório do Departamento do Trabalho mostrou que a oferta de vagas subiu 8% em julho, para 5,75 milhões, o mais alto desde o início desse levantamento, em 2000.

O Comitê de Política Monetária do Fed (Fomc, na sigla em inglês), na reunião de setembro, decidiu pela manutenção da taxa básica de juros entre zero e 0,25%. Apenas um dos nove integrantes do Fomc foi contrário à decisão. Houve, porém, motivos para preocupação do mercado nos comentários oficiais que se seguiram à iniciativa.

Em seu comunicado divulgado no fim do encontro, os integrantes do Fomc embasaram a decisão com o argumento de que a inflação norte-americana está abaixo da meta de 2% ao ano. Chamaram atenção também para o risco de que “os recentes eventos financeiros e econômicos globais possam limitar de alguma forma a atividade econômica”.

A referência à conjuntura global é algo raro nos comunicados do Fed, e suscita a preocupação de que a economia mundial esteja em situação pior do que registram os radares dos analistas. A avaliação foi reforçada pela presidente do Fed, Janet Yellen. Em entrevista após a reunião, ela disse que a situação internacional pode pressionar a inflação ainda mais para baixo.

Na China, a atividade do setor industrial encolheu novamente em setembro, com a demanda doméstica e no exterior mais fraca, alimentando temores de que a segunda maior economia do mundo pode estar desacelerando com mais rapidez do que o esperado há alguns meses. A atividade em indústrias maiores e estatais encolheu pelo segundo mês seguido, embora a um ritmo mais lento que em agosto, enquanto as menores apontaram as piores condições em seis anos e meio. Dois meses seguidos de contração do setor industrial com mercado acionário em queda sugerem que o crescimento da China no terceiro trimestre deve ter desacelerado para 6,4%. Entretanto, são os crescentes sinais de estresse no setor de serviços chinês, que responde por metade do PIB, que preocupam o governo e investidores.

Este conjunto de fatos corrobora um cenário crítico para os investimentos no período, e interferiu decisivamente no recrudescimento dos indicadores de desempenho dos principais ativos negociados no mercado financeiro brasileiro

Na renda fixa, o IRF-M, que mede a rentabilidade dos títulos públicos com juros pré-fixados, obteve uma rentabilidade acumulada negativa de -0,56% no trimestre. A rentabilidade dos títulos públicos indexados à inflação (NTN-B) de curto prazo (até 5 anos), medidos pelo IMA-B5, acumularam uma alta de 2,10% no mesmo período. Já os de longo prazo, medidos pelo IMA-B5+, registraram forte queda de -7,83% no acumulado de julho/agosto/setembro. A composição de ambos forma o IMA-B, que recuou -4,47% no período. O IMA-Geral, que mede o desempenho de todos os títulos públicos que compõem o Índice de Mercado Anbima – IMA -, ponderado pelo volume negociado, recuou -1,02% no período.

Na renda variável, o Ibovespa despencou -15,10% no período. Os índices que medem o desempenho de determinados setores da economia também sofreram com o cenário ruim. O que mede o desempenho das empresas voltadas ao consumo (ICON) recuou -6,53% no período, zerando os ganhos acumulados no ano, enquanto o índice que mede o desempenho das empresas voltadas para o setor financeiro (IFNC) registrou perdas de -18,22% no trimestre, refletindo o recuo nos preços das ações do setor bancário. Nos índices que medem o desempenho de determinados segmentos da Bovespa, destaque negativo para os índices IDIV (empresas pagadoras de dividendos) que desabou -19,46%, refletindo a queda das ações do Banco do Brasil

(BBAS3 -37,40%); Telefônica (VIVT4 -15,81%); Vale do rio Doce (VALE5 -14,50%), e o SMLL (empresas de média capitalização), que recuou -14,90%.
